

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA, AO LONGO DO PROÁLCOOL (1975- 1990)

Fábio Teixeira Pitta¹

Carlos de Almeida Toledo²

Cássio Arruda Boechat³

Resumo. O presente artigo pretende apresentar a territorialização da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990), a partir da categoria marxiana de renda da terra. Argumentamos que a modernização realizada por tal agroindústria buscava incorporar renda diferencial II – referente ao desenvolvimento das forças produtivas no campo – ao capital financeiro ocioso internacional em busca de investimento que adentrava o Brasil por meio de sua dívida externa. A incapacidade de reprodução das unidades produtivas, a partir de fins dos 1980, explicita a determinação do capital fictício no produtivo.

Palavras-Chave: Modernização agrícola; renda da terra; capital fictício; territorialização do capital; crise de acumulação.

THE TERRITORIALIZATION OF CAPITAL OF SUGARCANE AGROBUSINESS IN SÃO PAULO STATE, OVER PROALCOOL (1975- 1990)

Abstract. This article aims to present the territorialization of sugarcane industry in São Paulo state, over Proálcool (1975-1990), from the Marxian category of land rent. We argue that the modernization carried out by such agribusiness sought to incorporate differential rent II – on the development of the productive forces in the field – to the international idle financial capital seeking investment that entered Brazil through its foreign debt. The inability of reproduction of

¹ Doutor em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

² Professor do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

³ Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PDJ/CNPq.

production units from the end of 1980's explains the determination of fictitious capital in the production.

Keywords: agricultural modernization; land rent; fictitious capital; territorialization of capital; accumulation crisis.

LA TERRITORIALISATION DU CAPITAL DE L'AGRO-INDUSTRIE DE LA CANNE À SUCRE DE SÃO PAULO, SUR PROALCOOL (1975-1990)

Résumé. Cet article vise à présenter la territorialisation de l'industrie de la canne à sucre à São Paulo, sur Proálcool (1975-1990), à partir de la catégorie marxienne de la rente de la terre. Nous soutenons que la modernisation menée par une agro-industrie a cherché à incorporer la rente différentielle II – sur le développement des forces productives à la campagne – au capital financier international ralenti à la recherche d'investissements qui entraînent au Brésil à travers de sa dette extérieure. L'incapacité de reproduction des unités de production à partir de la fin des années 1980 explique la détermination du capital fictif dans le productif.

Mots-clés : modernisation de l'agriculture ; rente de la terre ; capital fictif ; territorialisation du capital ; crise d'accumulation.

Apresentação

No presente artigo nos propomos a observar a territorialização do capital na agroindústria canavieira paulista ao longo do Proálcool (1975 – 1990) a partir de uma perspectiva de crítica negativa determinada. Tal agroindústria é por nós aqui apreendida como parte do processo de reprodução do capital e expressa, nesta particularidade mesma, um momento da *modernização retardatária*⁴ (KURZ, 1999) do campo brasileiro. Veremos que a expansão da área com lavouras canavieiras no estado de São Paulo, longe de significar a reprodução do atraso⁵, ou da ausência de modernização, implicou na tentativa de capitais financeiros ociosos se reproduzirem por meio da renda diferencial II, aquela relativa ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, sem lograr se realizar como acumulação ampliada de capital.

O Programa Nacional do Álcool (PNA) ou Proálcool, lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi um dos principais projetos de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar” (1964 – 1985), já que destinou créditos subsidiados ao setor no montante de aproximadamente US\$ 7 bilhões até 1990 (TCU, 1990, p. 49). Seu objetivo era o de ampliar a produção de álcool anidro e hidratado⁶ e fazê-los substituir a vigente demanda por gasolina para abastecimento automobilístico. O Proálcool, assim, fomentou a mecanização do setor e a industrialização do refino da

⁴ Considerada por Kurz (1999) um momento de presença do planejamento do Estado na economia com a finalidade de aprofundamento das relações sociais baseadas na forma mercadoria para poder acelerar o processo de valorização do valor com a intenção de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Vale ressaltar que a adoção desses níveis como parâmetro se dá em um momento particular do processo global de acumulação capitalista, já que o momento de acumulação primitiva (MARX, 1983, I, t. II, cap. XXIV), realizado primeiramente pela Inglaterra do início do capitalismo, se localiza em um passado remoto e não tinha nenhum nível de produtividade como pressuposto a ser alcançado. Ou seja, tal modernização teve de percorrer um processo de acumulação muito maior – já que o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais é mais elevado do que aquele necessário para a Inglaterra colocar a acumulação sobre seus próprios pressupostos – e em muito menor distensão temporal do que aquele inglês. Por isso, tal modernização é denominada “retardatária”, e daí deriva que esta seja praticamente impossível de se realizar.

⁵ Formulação presente no conceito de “modernização incompleta” (SILVA, 1981), o qual enxerga no trabalho do “boia-fria” o resultado da incompletude do processo de industrialização da agricultura brasileira. Importa que tal conceito visa defender a realização da modernização, idealizando-a como paradigma e ponto de chegada da reprodução social da acumulação capitalista.

⁶ O álcool anidro é aquele adicionado à gasolina para uso de veículos movidos por este combustível. Já o álcool hidratado é aquele utilizado nos carros movidos a álcool apenas.

cana-de-açúcar, o que colocou a produção dessa matéria-prima, no Brasil, mas especialmente em São Paulo, em um novo patamar de modernização/industrialização.

A semelhança entre o período em que se aplicou o Proálcool e o subsequente, o da liberalização (que vigora atualmente), pode ser notada na incapacidade em ambos do setor saldar suas dívidas. Segundo um balanço do Proálcool, que pode ser encontrado em Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de 1991⁷, as dívidas decorrentes do financiamento oferecido pelo Proálcool recaíam, em 1991, sobre 160 empresas inadimplentes (de 394, existentes então no Brasil), totalizando US\$ 2,5 bilhões, sendo o Sul e o Sudeste do país responsáveis por 51,6% do seu total. De todo o montante de crédito fornecido em 15 anos, apenas 42,5% foram saldados, sem contar as anistias. No Norte e Nordeste a relação de inadimplentes para o setor industrial chegava a 92%.

A realidade da incapacidade das unidades produtivas se reproduzirem ampliadamente ao final do período áureo de aporte de créditos subsidiados para o setor nos permite perguntar sobre a crise da acumulação capitalista ocorrer por meio da exploração de mais-valia, mesmo com a existência do trabalho superexplorado do cortador de cana conhecido como “boia-fria” (D’INCAO, 1979). A necessidade da reprodução ampliada capitalista ocorrer por meio da dívida externa do Estado brasileiro e dos subsídios para suas unidades produtivas nos faz sugerir a prevalência do *capital fictício* (MARX, 1983) como condicionante para a reprodução

“Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de outra modernização, supostamente ‘positiva’, os condicionamentos do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência dessas condicionantes fundamentadas no capital fictício, central na reprodução das relações sociais de produção, expresso aqui pela incapacidade do setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais.”

⁷ Os dados referentes a este relatório podem ser encontrados também em Thomaz Jr. (2002, p. 90 e 102), dada a indisponibilidade pública do mesmo.

social da forma mercadoria como forma da sociabilidade capitalista contemporaneamente.

A territorialização do capital como tentativa de exploração de renda diferencial II e a crise da acumulação capitalista

Inúmeros são os estudos realizados sobre o Proálcool e, com a retomada na primeira década do século XXI do crescimento da produção e produtividade de cana-de-açúcar, açúcar e etanol⁸ (PITTA, 2016), estes se proliferam nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas. Quando da implantação (na segunda metade dos anos 1970) e da crise do Proálcool (início dos anos 1990), diversas análises de economistas, agrônomos, geógrafos, historiadores, entre outros, criticaram-no enquanto política econômica do governo Geisel (1974-1979), durante a ditadura militar e de seus sucessores. Tais análises se ativeram, em geral, às intenções explicitamente formuladas pelo Estado para a implantação do Proálcool e se detiveram nas formas assumidas por ele para sugerirem o equívoco de sua política e proporem outras possibilidades de atuação do planejamento econômico sobre o campo brasileiro.

Difícilmente, porém, tais análises partiram de um momento particular de reprodução do capitalismo mundial para entender as características das determinações da forma de reprodução do capital objetivas daquele momento. Isto permitiria uma crítica às consequências contraditórias de uma política econômica realizada como planejamento do Estado, aparente sujeito (mas sujeitado) da modernização retardatária, que organiza a produção, a distribuição e o consumo com o intuito de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Cabia ao Estado arcar com os *faux frais* (MARX, 1983) do (então denominado) setor sucroalcooleiro, ou seja, com a parte não produtiva de valor:

⁸ A partir da safra 2011/2012 somente a área plantada com cana-de-açúcar cresceu, caindo a produtividade e a produção de cana-de-açúcar, assim como a produção de açúcar e etanol, no Brasil. Para a discussão acerca da crise da agroindústria canavieira brasileira e paulista (particularmente), ver Pitta (2016).

1.6 – Cabem a órgãos do Governo Federal a fixação do Plano de Safra da cultura canavieira, o estabelecimento dos preços para o álcool, em todos os níveis, do produtor ao consumidor final, o controle dos estoques estratégicos, a realização de misturas carburantes que envolvam o álcool, a fiscalização do uso e da qualidade do produto, e a coordenação da logística de abastecimento (TCU, 1990, p. 2).

Tais análises críticas de uma política econômica partem essencialmente da constatação de que uma “modernização conservadora” (DELGADO, 1985) foi implantada por parte dos governos militares, questionando os resultados concentracionistas que os créditos subsidiados geraram em benefício das classes dominantes do país à época (proprietários de terra, industriais, financistas), apesar das justificativas governistas de que o Proálcool tivesse características distributivistas. Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de outra modernização, supostamente “positiva”, os condicionamentos do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência dessas condicionantes fundamentadas no capital fictício, central na reprodução das relações sociais de produção, expresso aqui pela incapacidade do setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais. Nossa crítica caminha no intuito de problematizar a modernização em si, e o Estado modernizador como agente deste processo *fetichista* (MARX, 1983), e por isso contraditório. Assim, suas ações de política econômica não serão aqui analisadas como passíveis de serem implantadas positivamente como identidade sujeito-objeto (ADORNO, 1967), ou seja, em consonância com seus resultados, não havendo uma suposta modernização “boa”.

O principal argumento do governo brasileiro para a implantação do Proálcool foi o chamado “choque do petróleo” de 1973/1974, que elevou o preço do barril de três dólares (US\$ 3,00), em setembro de 1973, para doze dólares (US\$ 12,00), em janeiro de 1974⁹ (MELO; FONSECA, 1981, p. 1), onerando significativamente seu saldo comercial e, conseqüentemente, seu balanço de pagamentos. Segundo Shikida (1997, p. 69), tal

⁹ Segundo Shikida (1997), foi a Guerra do *Yom Kippur* (Dia do Perdão), envolvendo Egito, Israel e Síria, a responsável direta por tal elevação. Ocorrida a partir de outubro de 1973, levou os países árabes reunidos na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a se recusarem a vender petróleo aos países ocidentais que apoiavam Israel.

elevação correspondeu ao dispêndio de US\$ 8,6 bilhões para a importação de petróleo referente ao triênio 1974-1975-1976, em relação ao gasto de US\$ 1,4 bilhão referente ao triênio anterior. Aliando a necessidade de diminuir tal déficit com as tendências da política econômica modernizadora do campo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), formulou-se o Programa Nacional do Álcool, pretendendo a “substituição da matriz energética” da gasolina pelo álcool.

Utilizando-se de análises macroeconômicas, tanto Homem de Melo (1981; 1984) quanto Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) tentaram demonstrar que tal objetivo do Proálcool não seria alcançado devido à sua inviabilidade econômica. Assim, para eles, apesar do acerto por parte dos militares na tentativa de substituir a matriz energética, a forma escolhida teria levado ao privilégio das classes dominantes ao invés de alcançar a distribuição da riqueza, um dos objetivos declarados do Proálcool. Para tais pesquisadores, o problema não estava nas intenções declaradas do governo brasileiro, mas em como estas foram levadas adiante, já que esses economistas propunham outra política econômica, outra forma de modernização que poderia ser implantada para proporcionar uma distribuição mais equânime da riqueza produzida.

No geral, tais análises acerca do Proálcool pressupunham a necessidade de substituição de matriz energética como efeito do aumento nos preços do petróleo, tratando este como fato histórico – tratamento que é uma coisificação, já que o naturaliza como causa. Não se questionavam, assim, sobre o processo pelo qual passou a valorização do valor, ao longo do século XX, e no qual assumiu certas particularidades que nos permitem compreender o aumento dos preços do petróleo “não como resultado do acaso, nem como produto de elementos exógenos à lógica imanente do sistema” (MANDEL, 1990, p. 7). Para melhor explicitarmos as particularidades de um momento da acumulação que condicionaram as “vontades” do Estado como *sujeito sujeitado* (KURZ, p. 1993), sendo os efeitos dessas “vontades” contraditórios em relação a como apareciam quando proferidos, acompanharemos os argumentos de Mandel (1990):

A incidência real da alta do preço do petróleo sobre a conjuntura foi dupla: de um lado, acentuando a tendência inflacionária geral – pela alta dos custos e pelo aumento da liquidez –, precipitou o momento no qual a inflação teve

um efeito perverso sobre a conjuntura e no qual os governos foram obrigados a tomar medidas para, de alguma forma, freá-la; por outro, pensando sobre a taxa média de lucros do capital industrial, acentuou o seu movimento de baixa, o que é causa fundamental da recessão. Porém, nos dois casos, trata-se de uma amplificação de um movimento já em curso. A recessão generalizada estava inscrita no ciclo que começou com a recessão ainda parcial de 1970/71 e que se prolongou com o *boom* especulativo dos anos 1972/73. Tanto as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram incontestavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da Guerra do Yom Kippur. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise (MANDEL, 1990, p. 38).

O que Ernest Mandel tenta analisar aqui é o fenômeno denominado “estagflação”. Esse fenômeno se dá justamente no mesmo momento em que, para Kurz (1995), com a revolução microeletrônica, a alta composição orgânica dos capitais conforma a *queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 1983) e conduz à crescente incapacidade de valorização do valor, passível de seguir sendo reiterada apenas ficticiamente. Para ambos os autores, a acumulação no *boom* fordista, baseada nos créditos fornecidos pela dívida pública dos países centrais do capitalismo, havia impulsionado a modernização dos países periféricos. Tendo a indústria automobilística posição de destaque na internalização do Departamento I (de bens de produção) da economia desses países através da dívida externa – baseada em capitais ociosos dos países centrais em crise que buscavam se valorizar –, a dependência em relação ao petróleo importado e ao financiamento externo se tornaram características particulares desta modernização retardatária (KURZ, 1999). Nem há necessidade de lembrar aqui o chamado “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek, da segunda metade dos anos 1950, como marco inicial dos empréstimos internacionais para modernização retardatária brasileira, com ênfase no setor automobilístico. Seria neste âmbito, que a constituição de uma indústria nacional de tratores e de insumos agrícolas abriria caminho para a chamada Revolução Verde na escala nacional (DELGADO, 1985).

A expansão da industrialização, por meio de tais capitais financeiros internacionais, para o campo brasileiro buscou, sugerimos aqui, compensar uma queda tendencial da taxa de lucro do capital mundial e nacional industrial, por meio da incorporação do sobrelucro possível pela apropriação da renda da terra, com a territorialização do capitalismo no campo. A alta composição orgânica dos capitais também neste setor teria inviabilizado a realização deste intento e culminado na crise das dívidas brasileira, na queda acentuada dos subsídios para a agroindústria nacional e na crise desta, como veremos para o caso da agroindústria canavieira.

A escolha do planejamento estatal pela substituição de matriz energética como tentativa de desonerar o balanço de pagamentos estava, assim, posta e delimitada pelo processo de desdobramento da contradição da reprodução social capitalista: capitais ociosos internacionais que passaram a formar a dívida externa brasileira necessitavam ser valorizados¹⁰. Uma crise de superacumulação dos países centrais colocou o processo de modernização retardatária brasileira. Justamente por isso trataremos aqui o Estado e sua política econômica como sujeito sujeitado (KURZ, 1999) aos desdobramentos críticos da acumulação capitalista.

As controvérsias iniciais quando da promulgação do Proálcool acerca de quem receberia os créditos e para produzir qual matéria-prima, resolveram-se com a primazia da cana-de-açúcar e da incidência destes créditos seletivamente nas regiões e empresas mais

“Partimos aqui de um processo e não da naturalização da causa – aumento do preço do petróleo – da política econômica de modernização retardatária do campo por meio do Proálcool, durante a “ditadura militar”. Como veremos, apesar de não substituir completamente a gasolina pelo álcool, o Proálcool permitiu a rolagem da dívida externa brasileira e a reprodução fictícia da inserção brasileira nas trocas internacionais.”

¹⁰ “A renovação da própria capacidade produtiva brasileira – posterior aos anos 30 – sempre esteve fundamentada pelos níveis de desenvolvimento das forças produtivas postos nos países centrais da reprodução social capitalista, isto implicou uma superação de certas condições de desenvolvimento das forças produtivas sempre às custas de uma importação de bens de produção, o que fez do próprio Estado e da própria modernização um elemento tributário de uma reprodução externa, enquanto que, internamente, portanto, tratava-se, ao mesmo tempo, de uma modernização negativa” (ALFREDO, 2008, p. 374).

produtivas. A concentração de terras e das empresas é característica da realização do Proálcool e levou estudos a explicitá-la enquanto uma “modernização conservadora”.

Os créditos do Proálcool incidiram tanto para financiar o setor industrial como o setor agrícola. No primeiro, ampliando e fomentando a substituição de equipamentos das plantas fabris já existentes, aumentando assim sua produtividade, como também a implantação de novas destilarias. Quanto à parte agrícola, os créditos serviram para custeio, mecanização e expansão das lavouras de cana-de-açúcar (TCU, 1990). Aumentou-se tanto a produtividade quanto a produção agrícola e industrial do setor, em termos nacionais (ver tabela 1). Isto não ocorreu, entretanto, homoganeamente. Os créditos tenderam, nas duas primeiras fases, a privilegiar as regiões mais produtivas quando do início do Proálcool, apesar de também terem sido utilizados, em menor escala, por regiões menos produtivas. Aumentou-se, assim, a produtividade média e diminuíram-se os diferenciais de produtividade – ver tabela 3, no que concerne às Divisões Regionais Agrícolas Paulistas (DIRAs) paulistas, por exemplo –, garantindo que as diferenças continuassem a existir.

Tabela 1. Área colhida, quantidade produzida de cana-de-açúcar e rendimento agrícola no Brasil – 1974 a 1985

Ano	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil toneladas)	Rendimento agrícola (toneladas/ha)
1974	2.057	95.624	46,5
1975	1.969	91.525	46,5
1976	2.093	103.173	49,3
1977	2.270	120.082	52,9
1978	2.391	129.145	54,0
1979	2.537	138.899	54,7
1980	2.608	148.650	57,0
1981	2.826	155.924	55,2
1982	3.084	186.647	60,5
1983	3.479	216.037	62,1
1984	3.656	222.318	60,8
1985	3.912	247.199	63,2

Fonte: FIBGE *apud* Shikida (1997, p. 91)

Vale ressaltar que a incidência de créditos subsidiados acabou por fomentar a produção nas regiões que antes do Proálcool já haviam recebido outros créditos subsidiados (via

Fundo Especial de Exportação, de 1965; e Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965) para a industrialização do setor – representando o Programa Nacional do Alcool, Proálcool, assim, uma modernização sobre outras – e que demonstravam capacidade produtiva ociosa, após a queda dos preços do açúcar no mercado internacional. Esta ociosidade deve-se ao incremento de produtividade pelo qual passou o setor quando da política de maior inserção na concorrência internacional do mercado de açúcar, no início da década de 1970:

Criou-se, no início da década de 1970, todo um esquema de financiamento subsidiado do complexo agroindustrial canavieiro para que ele pudesse colocar parte de sua produção no mercado mundial. Predominava uma visão extremamente otimista quanto à possibilidade de que esse mercado iria absorver os excedentes da produção nacional. Essa visão foi explicitada nos seguintes termos pelo representante do IAA em Londres: “O ano que passou (1973) foi o segundo da crise de escassez de açúcar [...] e o resultado de estudos projetivos sobre a demanda e a oferta de açúcar na década em curso revelam que, em 1980, o mundo precisará de pelo menos 24 milhões de toneladas a mais do produto do que em 1970, e de que não há capacidade industrial instalada que baste para tanto” (RAMOS, 1999, p. 170-171).

Apesar das previsões por parte do IAA de que a demanda mundial continuaria crescendo, a superprodução de açúcar foi escamoteada. De 1969 a 1974, as exportações brasileiras de açúcar triplicaram (90.000 toneladas para 2.500.000), passando o Brasil, em 1974, a comandar 12% do mercado internacional (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 15). Aproveitou-se, nesta ocasião, um momento de expansão do consumo de açúcar, principalmente pelos Estados Unidos, que deixaram de importar açúcar de Cuba quando do embargo econômico decretado em 1962, após a revolução socialista ali ocorrida em 1959. Tal expansão foi possível em razão da industrialização subsidiada, mas foi seguida de uma crise de superprodução que derrubou as cotações internacionais do preço do açúcar de US\$ 1.400/t para US\$ 336/t, ao final de 1974. Sua exportação respondia, então, por 30% do total de vendas nacional do produto. Em 1975, São Paulo tinha uma capacidade ociosa de aproximadamente 640 milhões de litros de álcool – potencial para produzir um bilhão de litros –, e a incorporação deste à gasolina garantiria a compensação para a crise do preço do açúcar no mercado internacional. Foi

a crise do setor que levou à escolha da cana-de-açúcar como mercadoria a ter a produção ampliada através do processo de industrialização da agricultura, que se aprofundava naquele momento.

Conseqüentemente, São Paulo, principal produtor nacional (de cana, álcool e açúcar) quando do advento do Proálcool, manteve-se nesta posição ao final da década de 1980¹¹, assim como a Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, no que concerne a este estado. Além disso, todo crescimento na produção de cana-de-açúcar foi revertido para a produção de álcool, já que o mercado de açúcar estava estagnado no período:

Quanto à localização do crescimento verificado na área colhida de cana-de-açúcar [...] São Paulo sozinho foi responsável por 56% do aumento verificado entre 1976 e 1980. [...] Como resultado, São Paulo que, em 1976, tinha 34,5% da área plantada com cana-de-açúcar, já em 1980 ficava com 39,3% da área e praticamente 50% de sua produção total [...] Entre os maiores produtores, São Paulo é um caso expressivo, pois, nesse período, o aumento da produtividade agrícola foi de 20,4%. Esses são acontecimentos favoráveis, pois desde os anos 40 os rendimentos de cana no Brasil e na maioria dos estados produtores vinham apresentando um crescimento bastante lento (MELO e FONSECA, 1981, pp. 8-9)¹².

Fica explícita a intenção da política econômica em aumentar a produção de cana e álcool (o que refletiu na de açúcar) via expansão da área colhida e aumento de produtividade (ton/ha) – ou seja, pela renda diferencial II, por meio do investimento de capital no canavial – com a incisão de créditos sobre as principais regiões produtoras e que já eram as mais produtivas¹³. O Estado, ao mesmo tempo, fomentou por meio de política distributivista a implantação de novas unidades e garantiu preços a uma faixa de

¹¹ São Paulo, que produziu 362,28 milhões de litros de álcool na safra de 1975/1976 (aproximadamente 65% da produção nacional), passou a produzir 7.957,60 milhões na de 1990/1991, aproximadamente 68% da produção de álcool do país (THOMAZ, 2002, p. 92).

¹² Vale ressaltar que os dados utilizados pelos autores são referentes aos Censos do IBGE para o período.

¹³ “Quase sempre, o aumento da produtividade ou o crescimento da produtividade são identificados diretamente com o crescimento dos mercados, com a criação de valor e logo com a acumulação de capital” (KURZ, 1995, p. 18).

produtores menos competitivos, nas pequenas propriedades¹⁴ (menos de 10 ha): “A estrutura produtiva é formada por grandes e médias destilarias¹⁵. E não houve grandes incentivos a destilarias com capacidade inferior a 150 mil litros/dia. As justificativas apontam o fato de que as pequenas destilarias não são competitivas” (TCU, 1990, p.59).

Tabela 2. Produção, área e número de propriedades com cana-de-açúcar, por estrato de área – São Paulo

Estrato de Área (ha)	Propriedades (números)	%	Produção (100.000 ton)	%	Área colhida (1000 ha)	%
1970/1971						
3,1 a 10,0	683	6,60	0,21	0,60	5	0,8
10,1 a 50,0	5.089	49,20	4,80	12,50	68	11,0
50,1 a 300,0	3.431	33,10	10,66	29,60	186	30,1
300,1 a 1.000,0	768	7,40	7,59	21,10	130	21,1
Acima de 1.000,0	383	3,70	13,04	36,20	228	37,0
Total	10.354	100,0	36,3	100,0	617	100,0
1980/1981						
3,1 a 10,0	2.794	21,8	0,94	1,3	15	1,4
10,1 a 50,0	4.070	31,8	4,45	6,1	70	6,6
50,1 a 300,0	4.137	32,4	22,06	30,2	307	29,2
300,1 a 1.000,0	1.344	10,5	23,21	31,7	358	33,9
Acima de 1.000,0	452	3,5	22,47	30,7	305	28,9
Total	12.797	100,0	73,13	100,0	1.055	100,0
1990/1991						
3,12a 10,0	3.214	17,9	1,15	0,8	15	0,8
10,1 a 50,0	7.838	43,7	12,57	8,7	164	8,8
50,1 a 300,0	4.728	26,3	30,24	21,0	394	21,2
300,1 a 1.000,0	1.661	9,3	41,27	28,7	534	28,6
Acima de 1.000,0	504	2,8	58,66	40,8	757	40,6
Total	17.945	100,0	143,89	100,0	1.864	100

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 165).

¹⁴ Para os dados, demonstrando que as pequenas propriedades têm maior custo de produção de cana-de-açúcar, ver Gonçalves (1991). Vale ressaltar que discordamos do ponto de vista do autor de que é a economia em escala que explica tal característica.

¹⁵ Pode-se comprovar que a expansão da área ocupada com cana em São Paulo deu-se considerando os dois primeiros momentos (safra 1970-1971 e 1980-1981), sobre todos os estratos de área, mas concentrou-se no intervalo de 300,1 a 1.000 ha. Notabilizou-se, ainda, o aumento expressivo das propriedades com menos de 10 ha incorporadas ao circuito canavieiro, registrando aumentos de 309% em número, 347% na produção e 200% quanto à área, mas significando, em termos absolutos, somente 1,3% da produção, 21,8% do número de propriedades e 1,4% da área colhida, enquanto o crescimento total da área colhida foi de 71%, passando de 617.00 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81 (THOMAZ JR., 2002, p. 84).

Ao analisarmos as tabelas 2 e 3, podemos inferir um movimento de territorialização do capital (ALFREDO, 2005) no estado de São Paulo para a região estudada, caracterizado pela tentativa de reprodução por meio de sobrelucro da renda da terra¹⁶, ou seja, determinado pelas abstrações do processo crítico de valorização do valor.

Para acompanharmos a evolução da incorporação da renda da terra para as diferentes DIRAs paulistas, e entendermos o movimento de territorialização do capital, as tabelas podem demonstrar que para os dois primeiros períodos do Proálcool os créditos incidiram sobre as DIRAs com maior produtividade. É possível acompanhar um movimento que pode ser entendido como a incorporação da renda da terra diferencial II para tentativa de valorização do capital fictício aí investido.

Em relação à área plantada temos um aumento também horizontal, incorporando pequenas propriedades, principalmente no segundo e terceiro períodos do Proálcool:

No início da década de 80 [...] o número de propriedades canavieiras apresentou um aumento de 23,6% derivado, principalmente, do grande crescimento do número de pequenas propriedades, situadas no estrato de 3,1 a 10 ha (YOSHII *et al.*, 1993, p. 164).

Tal “distributivismo”, no entanto, garantiu também o aumento da produtividade e da produção, assim como o “concentracionismo” nos latifúndios (acima de 1.000 ha), e pode ser entendido também como incorporação da renda da terra diferencial I, com a introdução de solos piores, o que caracterizaria tal movimento, dado que o preço pago

¹⁶ Para Marx haveria dois tipos de renda da terra diferencial, o que permitiria que as terras mais rentáveis propiciassem um sobrelucro proveniente da mais-valia global distribuída no processo de circulação do capital. A renda diferencial I diz respeito à produtividade e localização do solo, enquanto a renda diferencial II seria aquela proveniente dos capitais investidos no solo a fim de aprimorá-lo. Em concorrência, os diversos capitais tendem a aumentar a composição orgânica de suas produções, diminuindo cada vez mais a proporção (taxa de renda da terra) entre estes capitais investidos e a renda da terra extraída, o que exige uma expansão extensiva cada vez maior para buscar compensar a redução da taxa da renda. Ou seja, a aparente expansão produtiva e territorial seria determinada pela contradição crítica imanente ao processo de acumulação. Vale destacar aqui que a Divisão Regional Agrícola se caracteriza pelas diferenças de produtividade, como critério utilizado pelo Estado brasileiro e reproduzido pelas unidades federativas para planejamento da modernização retardatária do país. Região, assim, é entendida aqui como lugar do planejamento.

pela cana, estabelecido pelo IAA, por ser único, baliza-se no pior solo e não na média, para ser definido¹⁷.

Podemos constatar, principalmente a partir da segunda fase do Proálcool, a incidência de créditos em novas áreas, menos produtivas. A DIRA de São José do Rio Preto é representativa de tal característica, já que se localiza em áreas mais ao noroeste do Estado, permitindo a expansão da área plantada com cana a partir da segunda fase do Proálcool, o que parece explicar a diminuição de sua produtividade (de 86,3 t/ha em 1980/81 para 70,8 t/ha em 1985/86). Para a segunda fase, podemos também destacar o aumento na produtividade média para o estado de São Paulo como um todo – de 69,3 t/ha em 1980/81 para 72,1 t/ha em 1985/86 –, junto com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar – de 617.000 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81; e 1.864.000 ha em 1990-91 –, o que demonstra expansão extensiva e intensiva desta mercadoria¹⁸.

O movimento acima destacado parece buscar compensar a queda tendencial da taxa de renda da terra reforçada pelos altos custos de investimentos. Assim, a redução dessa taxa estaria buscando uma compensação não realizável através da ampliação da área produzida com menor produtividade de modo a compensar a perda da taxa em solos mais produtivos. O estabelecimento dos preços – regulados pelo IAA, definindo aí a renda da terra a ser incorporada – segundo um solo regulador menos produtivo acrescentaria sobrelucro aos solos mais produtivos, garantindo também a reprodução dos menos produtivos. Trata-se daquilo que Marx observa como a expansão da renda da terra em *zigzague* (MARX, 1983, III, t. I, seção VI), tanto de solos mais produtivos

¹⁷ “[...] a política de preços beneficiou os usineiros paulistas, uma vez que os preços fixados para a matéria-prima levavam em consideração os custos de produção em nível nacional, ou seja, tanto da agroindústria sucroalcooleira nordestina e fluminense como os dos fornecedores de menor área em qualquer região” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 179).

¹⁸ “Na década de 70, a DIRA de São José do Rio Preto se destacava pela produtividade, bem acima da média do Estado. Na década de 1980, o grande crescimento na produção da DIRA não foi acompanhado por aumento, ou mesmo manutenção, dos níveis de produtividade. Isso pode indicar que a expansão da área verificada com a cultura, naquela região, se deu provavelmente em terra de pior qualidade do que as anteriormente ocupadas” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 163-164).

para os menos, como vice-versa. O distributivismo também ocorre como reprodução das determinações do processo crítico de valorização do valor.

Partimos aqui de um processo e não da naturalização da causa – aumento do preço do petróleo – da política econômica de modernização retardatária do campo por meio do Proálcool, durante a “ditadura militar”. Como veremos, apesar de não substituir completamente a gasolina pelo álcool, o Proálcool permitiu a rolagem da dívida externa brasileira e a reprodução fictícia da inserção brasileira nas trocas internacionais.

Retendo as considerações acima adiantadas, passaremos a apresentar uma análise pormenorizada de elementos significativos dos movimentos que compõem as fases características da história do Proálcool. Nosso enfoque, desta forma, percorrerá os quinze anos do Proálcool, 1975-1990, em três fases¹⁹:

- a) a primeira que vai da institucionalização até 1979;
- b) a segunda, a partir de 1979, quando da chamada segunda crise do petróleo²⁰, até 1985;
- e c) a terceira, de 1985 até a extinção do IAA, em 1990.

Primeira fase (1975-1979)

A produção prevalecente de álcool se deu nas destilarias anexas em um momento de crise de superprodução de açúcar. Assim, o Proálcool estipulou a adição de 20% de álcool anidro à gasolina em substituição ao chumbo tetra-etila. Tal prática de adição de álcool à gasolina remonta à criação do IAA por parte do governo Vargas, em 1933, que já determinava em 5% a quantidade incorporada, o que garantia o consumo de mercadoria derivada da cana-de-açúcar, já que com as destilarias anexas a usina poderia

¹⁹ Sobre esta periodização, ver Thomaz Jr.(2002) e Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988).

²⁰ Em razão da Revolução Iraniana de 1979, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um drástico aumento dos preços de petróleo, fazendo com que 42% da renda proveniente de exportações fosse utilizada para importar petróleo, que correspondia a 30% da importação brasileira – lembrando que o balanço de pagamentos brasileiro aumentou seu déficit e a necessidade da dívida externa para a reprodução da economia nacional (DAVIDOFF, 1984).

decidir produzir açúcar ou álcool conforme os preços de mercado. Neste momento, entretanto, o aumento na porcentagem visava garantir o consumo do derivado da cana:

Importante mudança no período 1977/1979 foi a drástica redução de nossas exportações de açúcar – mais de 600 mil toneladas. Aliás, poder-se-ia dizer que no período 1976/1979 todo o aumento verificado na produção de cana-de-açúcar foi destinado à produção de álcool, enquanto a redução das exportações teria servido a suprir o crescimento da demanda interna desse produto. Assim, esse foi um fato facilitador do rápido aumento registrado na produção brasileira de álcool (MELO e FONSECA, 1981, p. 8).

41

Conforme dados do Anuário Estatístico do IAA (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 7), de uma produção nacional de 625 milhões de litros de álcool produzidos nacionalmente na safra 1974/1975, chegou-se à produção de 3,383 bilhões de litros de álcool na safra 1979/80, sendo a meta para o período de três bilhões de litros.

Importa ressaltar aqui, para a composição de nosso argumento, que as taxas de juros cobradas estipulavam valores abaixo da inflação, ou seja, a juros reais negativos, permitindo que as produções se reproduzissem, tanto no que concerne à parte agrícola quanto à industrial.

A partir de 1979, outro conflito no Oriente Médio, agora entre Irã e Iraque, e uma nova subida dos preços do petróleo (“segundo choque do petróleo”), que atingiu o valor de 30 dólares o barril, serviram de justificativa para manutenção e aprofundamento do Proálcool, tendo como finalidade a substituição da matriz energética nacional. O Irã era o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, que consumia 42% de suas exportações na compra dessa mercadoria, correspondente a 30% das importações nacionais (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27). Manteve-se então a prática de fornecimento de créditos subsidiados por parte do Estado para continuidade da industrialização do setor, porém, com nova política econômica para garantir a realização do álcool como mercadoria no que se refere ao consumo interno deste no Brasil.

Segunda fase (1980-1985)

Esta foi a fase com maior aporte de recursos a juros reais negativos, sendo de 2,1 bilhões de dólares o montante de dinheiro público destinado ao Proálcool, fomentando então a instalação de destilarias anexas e autônomas – em muito maior número do que na primeira fase – para a produção de álcool hidratado, aquele utilizado em motores de automóveis movidos por este combustível, os quais passaram a ser produzidos neste período. Desse montante de recursos, 38% foram destinados a São Paulo.

Neste segundo período, porém, o incremento na produção e produtividade de cana-de-açúcar e álcool adquiriu novas dimensões qualitativas significativas. Isto porque a meta de produção de álcool passou para 10,7 bilhões de litros em 1985, sendo 6,1 bilhões de litros de álcool hidratado para abastecer carros com motor a álcool. Como álcool anidro, 3,1 bilhões de litros deveriam ser incorporados à gasolina e 1,5 bilhão de litros deveria ser para o abastecimento da indústria química (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 28). Desta forma, o Proálcool passou a fazer parte do Programa de Mobilização Energética do Ministério de Minas e Energia, lançado em 2 de agosto de 1979, que acabava por estabelecer o aprofundamento dos subsídios para a ampliação das metas de produção do Proálcool.

Para garantir o consumo da mercadoria que viria a ser produzida com uma meta de aumento de aproximadamente 7,7 bilhões de litros, em 5 anos, o governo assinou acordos com a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), garantindo também o consumo de carros movidos a álcool, que passaram a ser produzidos a partir de então:

Até o final de 1980 a participação do carro a álcool na venda global de automóveis (no Brasil) ascende a 72% para cair abruptamente em 1982 para menos de 10%, e cresce a partir do segundo trimestre de 1982 continuamente até chegar a 95% em dezembro de 1983, permanecendo assim até 1986 (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27).

Para que o consumo de álcool fosse garantido, o governo estabeleceu uma política econômica para a venda de carros a álcool com isenção de impostos e garantia para o preço do álcool. A partir de 1982, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o

IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) foram reduzidos para compra de carros a álcool; estabeleceu-se que o preço do álcool não superaria 65% o da gasolina (uma garantia que mais que compensava a maior produtividade da gasolina); estimulou-se a conversão de motores à gasolina para álcool; para o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e IPI na compra de táxis a álcool estabeleceu-se também isenção total, o que significou 50% de redução no preço final desses veículos. Se for considerada a adição do álcool à gasolina, chegou a 34% a participação do álcool como combustível carburante no Brasil, em 1983.

A garantia do consumo do derivado da cana-de-açúcar pelo Estado demonstra a necessidade deste fornecer os pressupostos e os resultados da valorização do valor. A indústria automobilística ampliou a base de consumo de álcool para que todos os tipos de solo pudessem ser remunerados, garantindo a incorporação de renda da terra pelos solos mais produtivos.

A partir de 1981, a alocação dos recursos passou a ser realizada no estado de maior implantação dos projetos. Se, como vimos, São Paulo continuou a ser o principal estado a receber os recursos, seu governo direcionou a instalação de destilarias autônomas para o oeste do estado, incidindo os subsídios para a ampliação das anexas nas principais DIRAs produtoras de cana e álcool da primeira fase do Proálcool: Ribeirão Preto, Campinas e Bauru. Para as DIRAs de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, foram 80% dos investimentos, equivalentes a aproximadamente 600 milhões de dólares (THOMAZ JR., 2002, p. 94). Essa mudança objetivava uma melhor distribuição dos recursos para DIRAs onde anteriormente predominavam outras culturas, como o café, propiciando o “distributivismo” via industrialização do campo. Os programas da Secretaria de Abastecimento do Estado, como o Procana (Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo) e o Pro-Oeste (Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo), acabaram por definir a implantação de destilarias onde ainda não existiam usinas, por isso as autônomas predominaram nessas áreas.

Tabela 3. Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91

DIRA	1970-71	1975-76	1980-81	1985/86	1990-91
	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha
Araçatuba	94,8	68,5	77,2	75,3	75,6
Bauru	57,8	57,0	63,1	73,5	76,9
Campinas	59,0	65,6	67,8	71,9	74,6
Marília	62,7	68,4	66,3	73,4	81,1
Presidente Prudente	33,6	66,7	68,0	66,0	65,0
Ribeirão Preto	56,9	62,8	70,9	72,4	80,2
São José do Rio Preto	83,7	90,1	86,3	70,8	76,3
Sorocaba	45,7	65,1	66,9	67,9	70,8
São Paulo	62,8	53,3	55,6	64,3	62,5
Vale do Paraíba	65,1	57,1	51,5	56,4	53,3
Estado de São Paulo	58,3	64,1	69,3	72,1	77,2

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 164).

Apesar da intenção de se planejar quais culturas seriam substituídas, garantindo a produção de alimentos nas pequenas propriedades, Thomaz Jr. (2002) ressalta que isso não evitou, contraditoriamente, o ritmo concentrador da expansão da produção canavieira. Vale destacar que os subsídios eram muitas vezes lastreados na propriedade da terra, ou seja, a industrialização e os benefícios apenas ocorriam caso se produzisse cana, garantindo uma maior possibilidade de reprodução àqueles que aderissem a tal cultura. Exatamente por isso, as DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru mantiveram as maiores produções e índices de produtividade, já que eram referência das produções com maior composição orgânica de capitais (tabela 3). Os novos financiamentos foram utilizados nas usinas anexas dessas regiões para serem reequipadas, permitindo que se apropriassem de renda da terra, dados os diferenciais de produção em relação às regiões menos produtivas.

“O estreitamento da disponibilidade dos subsídios acaba por explicitar a incapacidade do setor se reproduzir sem a incidência do capital fictício. Sua incapacidade imanente de valorização do valor caracteriza-o como parte do momento fictício de reprodução ampliada do capital a nível mundial. As falências levaram ainda à falta de álcool nas bombas de combustível para os anos-safra de 1986/87, 1987/88, 1988/89 e 1989/90 [...]”

Vale destacar que, para o período, o Brasil ainda produziu um excedente de 1,2 bilhões de litros de álcool, que teve de ser exportado para Estados Unidos, Europa e Japão. O mercado de exportação e os preços do açúcar estiveram estagnados para o período, significando que a expansão da produção de cana foi praticamente toda revertida em álcool.

A produção de álcool na safra 1985/86 chegou a 11,7 bilhões de litros de álcool, maior patamar na década (TCU, 1990, p. 59). A capacidade produtiva nacional ultrapassou 12,5 bilhões de litros/ano, maior do que o planejado. Apenas São Paulo possuía 239 destilarias e uma capacidade produtiva de 6 bilhões de litros/ano (SHIKIDA, 1997, p. 85).

Terceira fase (1985-1990)

Durante este período, os subsídios creditícios mudaram profundamente de característica. A partir de 1986, os créditos deixaram de ser subsidiados, estabelecendo o Estado a cobrança integral da correção monetária e taxas de juros reais. Constata-se, neste período, uma retirada do Estado como credor do ramo sucroalcooleiro. “Apenas” 500 milhões de dólares foram investidos no Proálcool nesta terceira fase (TCU, 1990, p. 49). Tal mudança na política econômica gerou, como destaca Thomaz Jr.:

uma débâcle nas empresas sucroalcooleiras. Isso ocorreu não somente em São Paulo, mas em quase todos os Estados produtores e, de forma mais intensa, no Norte e Nordeste, principalmente nas destilarias autônomas que ainda não tinham conseguido autossuficiência na produção de cana, como também em número considerável de destilarias anexas, em especial as de pequeno porte (THOMAZ JR., 2002, p. 98).

O estreitamento da disponibilidade dos subsídios acaba por explicitar a incapacidade do setor se reproduzir sem a incidência do capital fictício. Sua incapacidade imanente de valorização do valor caracteriza-o como parte do momento fictício de reprodução ampliada do capital a nível mundial.

As falências levaram ainda à falta de álcool nas bombas de combustível para os anos-safra de 1986/87, 1987/88, 1988/89 e 1989/90, como demonstra Shikida (1997, p. 94):

Este desequilíbrio entre a oferta e demanda de álcool combustível levou à necessidade de importação do produto a partir de 1989, inclusive na forma de metanol, para adições à gasolina ou ao próprio álcool hidratado. Entretanto, deve-se destacar que um dos objetivos do Proálcool é a economia (via redução da dependência externa do petróleo), e a importação de álcool contradiz esta proposição na medida em que se reduz a importação do petróleo e cria-se a necessidade de importação do álcool combustível e/ou de similares

Tabela 4. Produção de álcool – Brasil (milhões de litros)

Ano/Safra	Regiões		
	Norte e Nordeste	Centro Sul	Brasil
1985-86	2.020,60	9.799,00	11.819,6
1986-87	2.205,10	8.300,70	10.505,9
1990-91	1.807,30	9.975,60	11.782,9
1991-92	1.784,80	10.967,40	12.752,2
1992-93	1.630,56	10.067,30	11.698,7
1993-94	912,84	10.376,40	11.294,2

Fonte: IAA, SDR/DSA, *apud* Thomaz Jr. (2002, p. 78).

As consequências da falta de fornecimento de álcool refletiram também na venda de automóveis movidos por este combustível, assim como nas indústrias fornecedoras de maquinário e insumos para o setor agrícola e industrial do ramo em questão. Já a partir de 1989, verifica-se queda nas vendas de carro a álcool, que passam a ser de 52,5% dos automóveis vendidos, sendo que em 1988 chegaram a equivaler a 88,4%. Em 1995, o número de carros a álcool vendidos no Brasil foi de 3,5% do total (SHIKIDA, 1997, p. 96), comprometendo a viabilidade do entrelaçamento produtivo do setor que estamos analisando.

“A crítica que esboçamos aqui é uma crítica à forma da equivalência de mediação social contraditória, subjetivada positivamente pelo discurso de defesa de uma modernização (“boa”, “positiva”), que reproduz e hipostasia os próprios pressupostos da forma social fetichista da mercadoria como forma naturalizada da sociabilidade capitalista.”

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (1990), os recursos destinados a cobrir os custos de produção de cana-de-açúcar deixaram em grande medida de ser repassados, gerando uma defasagem nos preços da cana de 106,44% no Rio de Janeiro, 86,13% no Norte e Nordeste e 60,72% no Centro-Sul, o que foi, na análise do governo, causa direta da incapacidade de reprodução de algumas das unidades produtoras, reduzindo em 400 mil hectares a área de cana plantada – sendo de 4,4 milhões de hectares a área de lavouras plantadas com cana-de-açúcar no momento do relatório²¹. Os recursos do chamado

Programa de Equalização de Custos (não incidentes no Centro-Sul), que são destinados aos produtores de açúcar e álcool, também deixaram de ser repassados, ficando retidos no Tesouro Nacional, e eram equivalentes a Cr\$ 1,6 bilhão, em 31/08/1990.

Considerações finais

Importa para nós aqui destacar que, desde o início do Proálcool, houve uma política que tentava aumentar a produção e a produtividade das regiões mais produtivas (São Paulo e Centro-Sul), ao mesmo tempo em que tentava diminuir a desigualdade do nível de produtividade entre as diversas regiões do país, já que o Programa de Equalização de

²¹ Vale ressaltar que, segundo o mesmo relatório do TCU (1990), as terras agricultáveis do país são de 500 milhões de hectares, e 55 milhões destas estavam ocupadas com lavouras. As melhores terras, principalmente as do Centro-Sul, foram ocupadas pela cana-de-açúcar.

Custos²² e a conta-álcool²³ incidiram particularmente nessas regiões. Neste terceiro período, quando da suspensão desta política “compensatória” – principalmente do repasse referente à política de equalização de custos –, aumentou-se o número de falências e a concentração das unidades produtivas.

Tal concentração aparece como principal argumento das leituras de crítica da “modernização conservadora”, que partem de um ideal de igualdade (subjetivação naturalizada da forma da equivalência da sociedade capitalista produtora de mercadorias) e concebem o “distributivismo” via política econômica do Estado como potencial de superação das contradições da reprodução capitalista, o que na verdade acaba por aprofundá-las. Deixam de lado a explicação das consequências contraditórias das ações do Estado enquanto sujeito, lugar das tentativas distributivistas, ao não encamparem uma crítica da equivalência, própria da mediação social baseada na *abstração real* (MARX, 1983, L. I, t. I, cap. 1) da forma mercadoria, e da finalidade tautológica desta, a valorização do valor. Justamente o critério que permite ao observador a comparação entre as diferentes produções como atrasadas é o que mobiliza a industrialização do campo e a incorporação de lucro e renda da terra pelos capitais mais produtivos, através do menor custo.

Ou seja, o Estado, ao garantir ficticiamente a reprodução das unidades produtivas com maior custo, estava determinando a possibilidade de incorporação de renda da terra

²² “8.4.1 – O Programa de Equalização de Custos é o instrumento de incentivo do Governo ao desenvolvimento regional, destinado exclusivamente às regiões Norte e Nordeste e ao Estado do Rio de Janeiro. Nessas regiões, as condições de clima e solo são menos favoráveis à lavoura canavieira e, em consequência, os custos finais de produção são superiores aos das demais regiões produtoras do país. [...] 8.4.9 – Conforme previa a Legislação, o subsídio de equalização de custos ao produtor foi retirado em 01/06/78. Contudo, como as diferenças persistiam, passou-se a dar outro subsídio de equalização, desta vez, apenas aos produtores de açúcar e álcool, das regiões Norte e Nordeste e dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses produtores passaram a pagar pela cana seu preço real” (TCU, 1990, p. 96-97).

²³ A Conta-Álcool é equação do preço de venda do álcool ao consumidor menos o custo final do álcool combustível: garantindo o preço máximo de 65% em relação ao preço da gasolina, para que o álcool pudesse ser vantajoso para o consumo. Tal custo final do álcool combustível é referente ao lucro das usinas produtoras de álcool. Como a conta-álcool era deficitária e o prejuízo cabia à Petrobrás (TCU, 1990), responsável pela venda do produto, podemos constatar a necessidade de transferência de dívidas da unidade produtiva ao setor público, fazendo parecer solvente um ramo que de fato não o é.

pelas unidades mais produtivas, na tentativa de valorização do valor²⁴, ao estabelecer o lucro e a renda da terra socialmente médios. A crítica que esboçamos aqui é uma crítica à forma da equivalência de mediação social contraditória, subjetivada positivamente pelo discurso de defesa de uma modernização (“boa”, “positiva”), que reproduz e hipostasia os próprios pressupostos da forma social fetichista da mercadoria como forma naturalizada da sociabilidade capitalista.

Nosso argumento, que não pretende enveredar por uma crítica à suposta “modernização conservadora” de tal política econômica – o que pressuporia uma possível “modernização democrática”, mais distributivista –, visa demonstrar como o Estado, através da incidência dos créditos subsidiados, estabelecia o lucro médio e a renda da terra média a serem apropriados pelos produtores com elevada composição orgânica de capital no setor. Isto explicaria o concentracionismo apesar do distributivismo.

Destacamos, aqui, a incapacidade deste setor se reproduzir sem a intervenção estatal, já que a solvência destas unidades produtivas só se fez possível através da incidência dos subsídios, gerando um deslocamento a partir do qual apareciam as dívidas; no caso, no balanço de estatais (Petrobrás, através da Conta-Álcool) e nos cofres públicos (Banco do Brasil, Tesouro Nacional, dívida externa, entre outros), assim como na inflação do período (principalmente nos anos de 1980, após a chamada “crise das dívidas”²⁵).

O relatório de 1991, da Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros (THOMAZ JR., 2002, p. 102), subsequente ao final do Proálcool, constata, por sua vez, altíssima inadimplência para o setor devido à não rolagem das dívidas via novos créditos subsidiados do Estado, sendo 160 empresas

²⁴ Tal tentativa não se realiza, já que a incorporação do lucro e da renda da terra não repõe os pressupostos para reprodução ampliada do capital, tendo estes de ser ficticiamente reproduzidos.

²⁵ A “crise das dívidas da América Latina” ocorreu após setembro de 1982, quando da insolvência do México para saldar os juros de sua dívida externa, o que levou a uma diminuição considerável dos investimentos externos nos países do então denominado “terceiro mundo”, dado o risco de não serem remunerados (KURZ, 1999, p. 160). Sem a dívida externa como fonte de capital ocioso para rolagem das dívidas, tais países tiveram de manter os subsídios tanto à sua indústria, como à sua agricultura por meio de impressão de dinheiro, gerando alta inflação, característica comum a esses países para a década de 1980 e início da de 1990.

inadimplentes das 281 que haviam recebido os subsídios através do Proálcool. A incapacidade de rolagem da dívida externa por parte do Estado brasileiro, após sua moratória, em 1986, impedia o repasse dos subsídios às unidades empresarias capitalistas e explicitava a determinação destes para a reprodução econômica de tais unidades produtivas como condicionamento do capital fictício para a reprodução social capitalista.

Tais características que apresentamos para a agroindústria canvieira no período estudado são, para nós, expressão de um momento particular de reprodução da acumulação capitalista no campo. A tentativa de aumento da extração da taxa de mais-valia – através do aumento da produção e da produtividade ao longo do Proálcool – visou compensar a queda da taxa de lucro e de renda da terra²⁶, causada no ramo sucroalcooleiro brasileiro pela necessidade de aumento da produtividade, em razão das determinações do aprofundamento da concorrência quando da tentativa de maior inserção no mercado internacional de açúcar, de meados de 1960 até a crise de superprodução do açúcar, de 1974. A tentativa de diminuição de custos – a fim de o capital investido ser remunerado através da apropriação do lucro e sobrelucro dos capitais menos produtivos – levou a uma alta composição orgânica do capital, excluindo trabalho vivo do processo produtivo (PITTA, 2011 e 2016). Isto gera e gerou uma discrepância entre o capital investido e a possibilidade de valorização do valor através de trabalho vivo quando no processo produtivo.

O capital aparece, então, reproduzindo-se, porém, só o faz com a inversão permanente de capital a crédito nas unidades produtivas, o que aprofunda ainda mais a crise imanente de acumulação característica do capitalismo, tornando-se capital fictício, estando atrelado sistemicamente à dívida pública. A expansão da produção extensiva e intensivamente determina a subjetivação fetichista de aumento da riqueza²⁷, porém, ela ocorre pela necessidade crítica dos capitais do setor em questão, expressão de um momento do capital em sua totalidade, de competir para estar na média:

²⁶ Ver Marx (1983, II e III) e Alfredo (2006a).

²⁷ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983, p. 45).

A produção de mais-valia relativa conduz a uma contradição lógica. Ela aumenta a parcela de mais-valia por cada força de trabalho, mas ao mesmo tempo por causa dos efeitos da racionalização produzidos pelo mesmo desenvolvimento, pode-se empregar cada vez menos força de trabalho para cada soma de capital (o que faz aumentar [...] os custos preliminares para cada emprego, ou seja, a intensidade de capital ou a parcela de capital constante na 'composição orgânica'). Este segundo efeito de tendência contrária compensa o primeiro efeito a longo prazo. Isto significa que o aumento da taxa conjunta de mais-valia relativa para cada força de trabalho é obtido ao preço de uma queda concomitante da taxa de lucro para cada soma de capital investido. Tal efeito só pode ser compensado se crescer a massa absoluta de força de trabalho (produtiva!) utilizada, e portanto se juntamente com a massa absoluta de mais-valia crescer a massa absoluta de lucro; mas isto só é possível com uma extensão permanente do modo de produção como tal (KURZ, 1995, p. 17).

A ação do Estado, no sentido de uma modernização para alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, reproduz as contradições imanentes ao processo de valorização do valor. Assim, entendemos tal modernização como retardatária (KURZ, 1999); ou seja, para tentar realizá-la, o Estado age conforme as condicionantes críticas do momento de valorização do valor em relação ao capital conjunto global. Aparece fetichistamente às personificações do processo como ação linear entre estes e os objetos de seu planejamento, mas ocorre em um momento de alta composição orgânica dos capitais (MARX, 1983), fazendo com que a valorização do valor não pague o montante dos custos dispendidos com capital constante (provenientes do crédito subsidiado pelo Estado, ou, em relação às contas do Estado, provenientes da dívida externa em maior montante).

“A própria crítica do capitalismo que não passe pelo duplo contraditório da mercadoria em processo crítico, mas se detenha em uma crítica da alienação do fruto do trabalho do trabalhador pelos proprietários dos meios de produção, incorre na impossibilidade de criticar a necessidade de nos medirmos por meio das mercadorias como imposição ao trabalho: venda da força de trabalho para acessar dinheiro e comprar mercadorias.”

Retomamos o argumento para ressaltar que ocorre, assim, uma inversão, na qual o incremento da produção e da produtividade – que não mais realiza a extensão do modo de produção com o crescimento da massa absoluta de mais-valia (KURZ, 1995) – serve para permitir a contração de novas dívidas que paguem as anteriores, passando tal finalidade a determinar a modernização.

A concretude da territorialização espacial da produção de cana-de-açúcar, por sua vez, não pode ser compreendida de maneira positivista. Dada a relação de mercadoria, fundamento da sociabilidade capitalista, podemos dizer que devemos considerar seu duplo contraditório entre valor e valor de uso, o que faz da própria mercadoria uma construção social *física metafísica* (MARX, 1983, L. I, tomo 1, p. 198). As condicionantes do processo de espacialização que estudamos sinteticamente no presente artigo por meio da territorialização da agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, só podem ser apreendidas enquanto totalidade concreta se observarmos as transformações na própria forma da reprodução capitalista ocorrer. A expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, que aqui apareceu por meio da industrialização da lavoura canavieira (PITTA, 2013), constatada no seu aumento de produtividade do canavial (ton / ha), permite sugerirmos a necessidade de ficcionalização da reprodução ampliada capitalista, o que impede de recorrermos a uma crítica que se desdobre na defesa de outra “modernização” mais “democrática” ou “distributiva”.

A própria crítica do capitalismo que não passe pelo duplo contraditório da mercadoria em processo crítico, mas se detenha em uma crítica da alienação do fruto do trabalho do trabalhador pelos proprietários dos meios de produção, incorre na impossibilidade de criticar a necessidade de nos medirmos por meio das mercadorias como imposição ao trabalho: venda da força de trabalho para acessar dinheiro e comprar mercadorias. Tal condicionamento nos submete aos movimentos impessoais e contraditórios da forma social da mercadoria em processo crítico que conduziram, a partir da automação dos processos produtivos – como vimos por meio da agroindústria canavieira – à expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, apesar da necessidade de nos

mediarmos por meio do trabalho. A consequência disso é o *desemprego estrutural*²⁸ (KURZ, 1999) do capital em nível mundial, assim como a ficcionalização da produção de mercadorias que passa a ocorrer sujeita agora às condicionantes do capitalismo de cassino (KURZ, 1999), da lógica do capital fictício. A reprodução social capitalista, hoje submetida à lógica da inflação e deflação dos “ativos” (BELLUZZO, 2012), exige uma crítica à forma social da mercadoria e à sua sociedade do trabalho e não uma que se atenha à defesa de processos de certa modernização ou de distribuição aos trabalhadores do fruto de seu trabalho, defesas que não permitem formularmos a necessidade de superação da mediação social dos homens por meio das mercadorias, fundamento da sociabilidade capitalista e da própria aparência da dominação de homens sobre homens que deste fundamento se desdobra.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Sobre sujeito e objeto*. 1967. Disponível em: <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.
- ALFREDO, Anselmo. *Formação econômico-social brasileira; Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Edição do autor, 2005. (Mimeo)
- _____. *Modernização e contradições espaço-temporais. Geografia Econômica e relação agrário urbana na formação brasileira dos anos 50*. Edição do autor, 2006a. (Mimeo)
- _____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Edição do autor, 2008. (Mimeo)
- _____. *Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica*. Edição do autor, 2010. (Mimeo)

²⁸ Para uma formulação aprofundada da crise de exploração de mais-valia em razão da queda tendencial da taxa de lucro na agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, mesmo com aumento do número de cortadores de cana-de-açúcar (“boias-frias”), até a década de 1980, ver Pitta, 2011. Ali realizamos a sugestão de um duplo argumento, por meio de Marx (1983) e Kurz (1995). O primeiro apreenderia uma redução relativa da aplicação de capital variável perante o capital constante nas lavouras canavieiras e o segundo uma diminuição absoluta do primeiro perante o segundo, já que a mecanização das lavouras produziu a diminuição absoluta dos postos de trabalho, principalmente em razão da diminuição daqueles anteriormente utilizados no plantio, e tratos culturas da lavoura canavieira, mesmo com o aumento dos postos no corte de cana. Ou seja, este segundo não compensa o primeiro movimento de redução, demonstrando que a industrialização da lavoura canavieira paulista apresenta diminuição absoluta dos trabalhadores empregados na cultura da cana-de-açúcar, o que nos permite sugerir a possibilidade de apreensão da tese de queda tendencial da taxa de lucro para o momento do setor em questão.

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 21 dez 2009.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo, Editora UNESP, 2012.
- BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. *Proálcool: Economia Política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis*. Sergipe, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1988.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Interministerial sobre o Setor Sucroalcooleiro*. Brasília/SDR/DAS, setembro, 1991.
- CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO (CNP). *Legislação Nacional sobre Álcool*. Brasília, 1978.
- DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo, Ícone, 1985.
- D'INCAO, Maria da Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- Folha de S. Paulo*. Tesouro paga Cr\$ 82,1 bilhões da dívida externa de 23 Usinas. Folha de São Paulo, 28 jan. 1991, Caderno Dinheiro. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.
- GONÇALVES, Fernando P. Botafogo. *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília, Tribunal de Contas da União, 1990.
- GONÇALVES, José Sidnei. A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 38, n. 2, p. 69-115, 1991.
- IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool. *Boletim de Safra*. Brasília, IAA, 1965-1990.
- KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Junho de 1994. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acesso em: 21 dez. 2009.
- _____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: maio 2008.
- _____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).
- MELO, Fernando Homem de; FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Proálcool, Energia e Transportes*. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1981.

MELO, Fernando Homem; PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1984.

PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102011-110312/pt-br.php>>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

_____. PITTA, Fábio T. *O bóia-fria como expressão da crise da sociedade do trabalho na agroindústria canavieira paulista, no século XXI*. Em: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 93, p. 31-53, 2013.

_____. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

_____. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. *Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira*. Coordenadores Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

_____. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985. In: RAMOS FILHO, Luiz O.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Eds). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Incra, p. 87-128, 2005.

Reuters. Setor sucroalcooleiro do Brasil tem pausa após grande expansão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 out. 2009. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. Tese de Doutorado, ESALQ, Piracicaba, 1997.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. São Paulo, Hucitec; Campinas, UNICAMP, 1979.

SZMRECÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canaveira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11; jan./abril 1991.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.

THOMAZ JR., Antonio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

YOSHII, Regina *et al.* Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 157-182, 1993.